

Conceitos de classe social

Rubens Penha Cysne

Professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV/EPGE)

Economistas e sociólogos definem classes sociais de forma diferente. Enquanto os primeiros costumam basear-se no poder aquisitivo da renda, os sociólogos costumam considerar, além desta variável, indicadores também de acesso ao poder político, rede de contatos, segurança comunitária, recursos naturais, bens culturais, educação etc.

Os dois conceitos têm sua distância diminuída, mas não eliminada, à medida que o conceito de renda usado pelos economistas é amplificado, passando, por exemplo, de transitória a permanente, bem como de efetiva a potencial. Já o usado por sociólogos é mais amplo, mas também de mais difícil mensuração, enquanto o conceito utilizado pelos economistas, por outro lado, costuma apresentar maior volatilidade.

Quando se lê, por exemplo, que a classe A é aquela com poder aquisitivo acima de y salários mínimos, a classe B situando-se entre x e y salários mínimos, e assim por diante, estamos diante do conceito econô-



mico, e não do sociológico. As duas análises tendem a ser complementares entre si, não substitutas. Ambas são importantes em sua relevância relativa em função do problema subjacente em estudo pelo pesquisador ou usuário.

Este artigo tem um objetivo específico. Chamar a atenção para uma das dificuldades da definição de classe (pobreza em particular) com base apenas no poder aquisitivo mensurado durante certo intervalo de tempo (digamos, entre um e cinco anos), tendo por base uma determinada cesta de consumo (incluindo consumo de bens não duráveis). Ou seja, o artigo chama a atenção para uma dificuldade do conceito econômico de classe social.

O problema ocorre quando a sociedade promove troca intertemporal temporária do seu poder de consumo. Abordamos aqui o caso no qual há prejuízo do futuro e ganho do presente. Transações com outros países viabilizam tais trocas através de déficits na conta-corrente do balanço de pagamentos.

Como processos deste tipo costumam oscilar e se reverter com o tempo, a mudança temporária do poder aquisitivo medido (e a respectiva migração entre as classes) no período de mensuração consi-

derado tende a ser anódina, sendo adequado que tal fato seja explicitado quando das divulgações das estatísticas de classe.

A falta de explicitação do fato pode ser nociva ao planejamento adequado de indivíduos e empresas, majorando o ciclo econômico, prejudicando escolhas políticas, e reduzindo o bem-estar. A questão em nada diminui o mérito das mensurações com base no critério econômico. Apenas chama a atenção para a necessidade de cautela na sua interpretação.

Para ilustrar a questão de forma simples, considere o seguinte contexto. Um indivíduo é o único habitante de uma ilha I e não trabalha. A produção da ilha é oriunda de uma única árvore, que por hipótese dura para sempre. A árvore dá ao indivíduo um fruto por ano, que cai em suas mãos sem necessidade de trabalho. O indivíduo usa este fruto para comer e sobreviver durante o ano. Em unidades de fruto, seu PIB (Produto Interno Bruto) anual é igual ao seu consumo, que é igual a 1. O investimento, as importações e exportações são todos iguais a zero.

São considerados de classe B (e chamados de “pobres”) no arquipélago ao qual pertence a ilha I todos os indivíduos com consumo inferior a dois frutos por ano. Por outro lado, são considerados de classe A (e chamados de “ricos”) os indivíduos que consomem três ou mais frutos por ano. Desta forma, a ilha I é tida como muito pobre porque seu único cidadão é muito

Durante o período
da bonança artificial,
se míope, o indivíduo
fica feliz e passa a
ter uma alta avaliação
de si mesmo.
Acha-se hábil

pobre. De fato, ele consome metade do limite da linha de pobreza.

Um dia o indivíduo acorda e percebe que indivíduos habitantes das ilhas adjacentes aceitam trocar frutos no presente por promessas de pagamentos a serem pagas no futuro. Ele gosta da ideia. Como o único bem de algum valor que ele tem é a sua árvore, aceita fazer um empenho da mesma junto a habitantes das ilhas próximas como garantia pelos seus empréstimos. Através da promessa de pagar seus débitos no futuro, ele passa a importar três frutos e a consumir quatro frutos por ano.

Subitamente, a ilha I e seu único indivíduo, que agora tem poder aquisitivo (pago com seu futuro) para consumir (e consome) um fruto acima da linha de riqueza, passam da classificação de muito pobres à classificação de muito ricos. Na nova situação, entretanto, seu PIB continua igual a 1 e sua pro-

ductividade como trabalhador continua igual a zero. Nada mudou em termos de produção. De fato, sem depender do seu trabalho, sua única árvore continua dando um único fruto. A diferença é que agora suas importações são iguais a três, o que lhe permite um consumo igual a 4 vezes aquele que tinha antes. Um aumento de consumo de 300%. Investimento e exportações continuam iguais a zero.

Na verdade, ele continua tão pobre quanto antes. Apenas tem a ilusão passageira de estar mais rico. E é apontado como tal, em função do seu poder aquisitivo temporário. Isto ocorre em decorrência do seu recurso contínuo à poupança (de três frutos por ano) de residentes em outras ilhas. Do mesmo valor é o seu déficit anual na conta-corrente do balanço de pagamentos, que corresponde ao seu excesso de importações (três frutos) sobre exportações (nenhum fruto).

Durante o período da bonança artificial, se míope, o indivíduo fica feliz e passa a ter uma alta avaliação de si mesmo. Acha-se hábil. Se fosse político, seria eleito pelo único habitante da ilha, que é ele mesmo.

Um dia os credores começam a achar o valor acumulado dos déficits em conta-corrente no balanço de pagamentos da ilha I (que corresponde ao seu Passivo Externo Líquido) já está muito elevado. Que o indivíduo da ilha I já usou por muito tempo (digamos, “n” anos) suas poupanças, sem nada até então ter provido em retorno. É o ponto no qual chega a conta.

Ele então é lembrado pelos seus credores das demais ilhas que empenhou o único bem que tinha, sua árvore. Logo, ou paga o que deve ou perde seu único bem de capital. Justo sua árvore, sua única fonte de sustento, que sempre lhe garantiu um fruto por ano sem lhe dar qualquer trabalho.

Assumamos aqui que seus credores são generosos e não cobram juros. Apenas solicitam de volta o que emprestaram. Como foram emprestados três frutos por ano durante n anos, os credores querem receber $3 \cdot n$ frutos. Mas permitem que ele continue consumindo meio fruto por ano. Por exigência dos credores o meio fruto restante deve ser usado, a cada ano, a partir daquele ponto no tempo, para pagar suas dívidas. Feitas as contas, ele conclui que terá que consumir apenas meio fruto por ano durante $2 \cdot 3 \cdot n$ anos. Ou seja, durante seis vezes o período no qual consumiu quatro frutos por ano, um grande sacrifício.

Chegado o dia de pagar os empréstimos, a ilusão de mudança de classe ou queda de pobreza desmorona. O consumo cai a $1/8$ do consumo imediatamente anterior, e por um prazo seis vezes superior àquele no qual ele se acostumou a consumir quatro frutos por ano. Nas demais ilhas do arquipélago, dir-se-á que o indivíduo da ilha I foi míope, e talvez também que foi açodado e inepto. Com produtividade continuamente igual a zero, quis ter vida de rico à custa de empréstimos, sem antecipar que um dia a conta chegaria.

Variações de classe baseadas em elevação transitória do déficit na conta-corrente do balanço de pagamentos costumam não se sustentar no tempo

Se não aceitar o trato, o indivíduo tem destino ainda pior. Perde seu crédito com as demais ilhas e perde sua árvore, já que esta fora anteriormente empenhada como garantia pelos empréstimos. Passa a não poder contar nem mesmo com o meio fruto por ano para sua sobrevivência. Nas outras ilhas, dirão neste caso que ele sofreu um processo de desindustrialização. De fato, terá perdido para os credores o único bem de capital do qual dispunha: sua árvore.

O contexto acima deixa claro que, na prática, variações de classe (ou, aqui, também reduções de pobreza) baseadas em elevação transitória do déficit na conta-corrente do balanço de pagamentos costumam não se sustentar no tempo. Em geral, não se consegue de forma contínua e significativa trocar futuro por presente. Há limites.

Segue daí que a classificação como “rico”, imputada ao indi-

víduo, pode não ser útil para seu planejamento. Na ausência de provisionamento adequado de informações, o resultado líquido pode ser uma grande queda de bem-estar. Em particular, além das imprevisibilidades decorrentes do ciclo, isto também ocorre devido a um conhecido fato sobre consumidores. A soma da sua felicidade inerente à elevação do padrão de consumo com a infelicidade associada a sua queda (de volta ao mesmo nível inicial) gera infelicidade líquida ao final do ciclo.

A estória aqui desenvolvida retrata uma economia não monetária, na qual o poder aquisitivo e, consequentemente, a classe social, se mede diretamente pelo consumo. A extensão para uma economia monetária não altera este resultado, tendo em vista que as faixas de renda que definem cada classe econômica costumam ter por base exatamente seu poder aquisitivo de uma cesta de consumo (incluindo, potencialmente, bens de consumo duráveis); e não o oposto. É por este motivo, diga-se de passagem, que elas costumam ter seus valores monetários corrigidos pela inflação ou atrelados a algum índice (como o salário mínimo) que se corrige também em função da inflação.

Usuários e produtores de estatísticas de redução de pobreza ou migração entre classes econômicas devem estar atentos à volatilidade decorrente das possíveis trocas intertemporais temporárias entre pontos distintos no tempo. 